



## PROPOSTA DOS PRECATÓRIOS

# PEC não é para atender servidores, diz relator

Bezerra afirma que esforço para aprovação do texto visa ajudar “os mais pobres” e não reajustar salário do funcionalismo

» JORGE VASCONCELLOS

O líder do governo no Senado e relator da PEC dos Precatórios, Fernando Bezerra (MDB-PE), discordou da intenção do presidente Jair Bolsonaro de usar parte do espaço fiscal que será aberto com a eventual aprovação do texto para conceder reajustes a todos os servidores federais. O parlamentar afirmou que o esforço do Congresso em torno da matéria “não é para atender reajuste de servidores e, sim, os mais pobres do Brasil”.

A PEC dos Precatórios é a aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. O texto, já aprovado pelos deputados, adia o pagamento de mais da metade dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem em precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e amplia o teto de gastos. O objetivo do Ministério da Economia é abrir uma folga fiscal de R\$ 91,6 bilhões no orçamento do próximo ano.

“Eu acho muito difícil (conceder reajuste aos servidores). Nós estamos ainda no início das análises da peça orçamentária do ano que vem e tem muito pouco espaço para atender tantas demandas”, argumentou Bezerra. “Têm demandas de reforçar investimentos em áreas sensíveis, importantes, como habitação, estradas, recursos hídricos, irrigação. E tem, certamente, a demanda que parte dos servidores públicos federais de reajuste de salário.” O líder do governo destacou que “o cobertor está muito curto”. “Acredito que todo esforço que estamos fazendo agora não é para atender reajuste de servidores. O esforço que estamos fazendo agora é para atender os mais pobres do Brasil, que estão sofrendo”, acrescentou.

Bezerra disse, também, que concorda com a proposta de um grupo de senadores de tornar o Auxílio Brasil um programa social permanente, e não com vigência apenas até dezembro de 2022, como propõe a PEC original do Executivo. Ele também aceitou deixar mais claro no texto que o objetivo principal é viabilizar o novo programa social.

Pelo segundo dia consecutivo, o líder governista se reuniu com

Pedro França/Agência Senado



Bezerra (E) em reunião com os também senadores José Aníbal e Alessandro Vieira, que têm propostas alternativas à do governo

três senadores que apresentaram propostas alternativas à do governo: Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e José Aníbal (PSDB-SP). Todas elas excluem a possibilidade de adiamento do pagamento de precatórios e defendem o cumprimento do teto de gastos. Ontem, os senadores entregaram a Bezerra uma nova proposta de PEC, que unifica as três anteriormente apresentadas pelo grupo.

O novo texto pretende garantir recursos para o Auxílio Brasil, em caráter permanente, sem prejuízo do pagamento de precatórios. A proposta permite que sejam beneficiados, com o auxílio de R\$ 400 por mês, aproximadamente 21 milhões de brasileiros, ao viabilizar cerca de R\$ 99 bilhões para assistência social.

Conforme havia antecipado o **Correio**, a PEC alternativa também pretende acabar com as chamadas emendas do relator (RP9) e de comissão (RP8), que não têm previsão constitucional. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a liminar da ministra



**Todos pedem para que programa seja permanente, não transitório. Duas correntes que identifico no Senado divergem em torno de como criar esse espaço”**

Fernando Bezerra (MDB-PE), senador

Rosa Weber que suspendeu a liberação de verbas das RP9, que têm sido apontadas como um orçamento secreto, utilizado pelo governo para barganhar apoio no Congresso.

“Absurdo”

Para Alessandro Vieira, “é preciso pensar em alternativas que encerrem de vez com o absurdo aprovado pela Câmara dos Deputados, focando nos problemas que o Brasil enfrenta, de verdade, no Orçamento”, frisou (**leia mais no Três perguntas para**).

Já Oriovisto Guimarães disse que “a PEC dos Precatórios está

sendo reconstruída em conjunto, chegando a uma solução clara, para conseguirmos manter o respeito pela responsabilidade fiscal”. Segundo ele, “com esse novo texto, estamos oferecendo a oportunidade de o governo criar o benefício de forma sustentável. Podemos ter responsabilidade de social sem cometer nenhuma irresponsabilidade fiscal”.

Bezerra foi questionado por jornalistas sobre o risco de um eventual retorno da PEC à Câmara, motivado por alterações feitas pelos senadores, inviabilizar o pagamento do Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400, no mês de dezembro. O líder do governo

negou e disse ter recebido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a garantia de que os deputados votariam a matéria a tempo de esse valor ser pago no próximo mês.

Ele enfatizou, ainda, que, caso não seja alcançado um acordo em torno de uma nova proposta, a alternativa será submeter à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o texto aprovado pelos deputados. A votação da PEC dos Precatórios no colegiado está marcada para o próximo dia 24. Já a análise da proposta em plenário, segundo o relator, foi confirmada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para o dia 30.

Segundo o relator, o governo estima ter assegurado pelo menos 51 votos para aprovar o texto original da PEC — o mínimo necessário são 49. A oposição, porém, calcula que ao menos 35 dos 81 senadores pretendem votar contra a matéria.

» **Leia mais sobre Auxílio Brasil na página 8**

### Três perguntas para

**Alessandro Vieira (Cidadania-SE), senador**

**Que soluções essa nova PEC prevê para os precatórios?**

Nós apresentamos uma proposta para que, em 2022, o montante correspondente a despesas com decisões judiciais, que são RPs (requisições de pequeno valor) e precatórios, fique fora do teto de gastos. Que esse valor, estimado em R\$ 89 bilhões, fique vinculado ao novo programa de transferência de renda permanente. Assim, não se permite que você vá fomentar medidas paliativas, elas têm de ser permanentes, com a composição do orçamento para a revisão da LOA (Lei Orçamentária Anual) para atualizar benefícios como Previdência e aposentadorias. Além disso, antecipa uma segunda decisão do Supremo (Tribunal Federal), que é a vedação das emendas de comissão e do relator.

**O governo concordou em tornar o Auxílio Brasil uma política social permanente. Como avalia?**

Já é um avanço, mas é, para nós, muito importante garantir que todo o espaço eventualmente aberto seja reservado apenas para esse tipo de despesa, para poder evitar qualquer tipo de tentação de medidas eleitoreiras, que vão desde aumento para determinadas categorias a obras, enfim, mais emendas do relator, mais gambiarras políticas.

**O presidente Jair Bolsonaro quer usar a folga fiscal da PEC para dar reajustes aos servidores federais. O que pensa disso?**

Eu não vejo exatamente como uma contradição. Bolsonaro é um presidente irresponsável e populista. A única preocupação dele é com a eleição. Ele não tem nenhuma preocupação com credibilidade, com qualidade orçamentária, com qualidade de gestão. São só medidas aleatórias, desconectadas, que buscam um benefício eleitoral.

## Reajuste, só com corte de despesas

» ROSANA HESSEL

O reajuste de servidores prometido pelo presidente Jair Bolsonaro para o ano que vem, em caso de aprovação da PEC dos Precatórios, criou mais um problema para a equipe econômica, que tenta manter o discurso de compromisso com as regras fiscais diante de mais um aumento de gastos em um Orçamento sem muito espaço para novas despesas. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, reconheceu que será preciso escolher onde cortar para incluir essa promessa do chefe do Executivo.

“Se existe uma demanda democrática, legítima da sociedade, para darmos aumento de salários



**Vamos ter de mostrar que gasto será reduzido para esse aumento de despesa. É uma escolha que vai ter de ser feita”**

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia

para os funcionários públicos, vamos ter de mostrar que gasto será reduzido para esse aumento de despesa. É uma escolha que vai ter de ser feita”, afirmou Sachsida. Assim como o ministro da Economia, Paulo Guedes, ele minimizou a preocupação dos agentes financeiros em relação à deterioração das perspectivas devido ao aumento dos riscos fiscais.

O governo está totalmente dependente das pedaladas de dívidas judiciais e mudança na regras fiscais com a PEC dos Precatórios, que altera o indexador do teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior — e impõe um subto de R\$ 39 bilhões para o pagamento de precatórios, empurrando quase

R\$ 50 bilhões dos R\$ 89,1 bilhões que estão programados para o Orçamento de 2022. “Eu sei que está tendo muito ruído”, afirmou Sachsida. Para ele, a aprovação da PEC dos Precatórios vai fazer “o nível dos ruídos diminuir”.

Com essas mudanças, a projeção inicial do governo é de uma folga de R\$ 91,6 bilhões para o governo gastar a mais, pelos cálculos da equipe econômica. Desse montante, praticamente metade, R\$ 50 bilhões, é que vai ser destinada para a ampliação do novo Bolsa Família, o Auxílio Brasil, de R\$ 400 para 17 milhões de famílias. Analistas em contas públicas defendem que não é preciso dar calote nos precatórios para ampliar o novo programa social. Basta o governo sinalizar corte

José Dias/PR/reprodução - 27/4/20



Sachsida: PEC vai fazer “o nível dos ruídos diminuir”

de despesas e evitar adotar medidas eleitoreiras para agradar o Centrão, que está de olho na distribuição dos recursos das polêmicas emendas do relator-geral. O reajuste do funcionalismo,

inclusive, vai disputar espaço com essas emendas. Algumas estimativas indicam que um aumento em torno de 10%, a fim de repor a inflação deste ano, poderia custar mais de R\$ 30 bilhões.